



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 30ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 29.09.2015

Aos 29 dias do mês de setembro de 2015, compareceu à sede da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004575-93.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelas Juízas Substitutas Luciana Caringi Xavier e Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo, pela Diretora de Secretaria Cristina Bach e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelas Gestoras, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.03.1994

Data da última correição realizada: 09.10.2014

Data de Instalação do PJe no Foro Trabalhista de Porto Alegre: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 29.09.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Luiz Antônio Colussi*1	Juiz Titular	Desde 08.05.2013
Patrícia Iannini dos Santos*2	Juíza Substituta lotada	Desde 09.03.2011

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 17.09.2015)

(*1) O Juiz Titular **Luiz Antônio Colussi** está afastado da Unidade Judiciária para exercer o cargo de Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho até 31.05.2017.

(*2) A Juíza Substituta lotada **Patrícia Iannini dos Santos** está afastada da Unidade Judiciária em virtude do gozo de licença-maternidade, desde 12.06 até 08.12.2015.



2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, pertence à 30ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Patrícia Iannini dos Santos	Juíza Substituta lotada desde 09.03.2011		
-	Luiz Antônio Colussi	Juiz Titular desde 08.05.2013		
1	Ana Luiza Barros de Oliveira	07 a 12.01.2014 20.01 a 05.02.2014	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	22 dias
2	Luciana Caringi Xavier	06.02 a 30.06.2014 31.07 a 25.08.2014 30.08 a 05.11.2014 07.11 a 19.12.2014 07.01 a 08.02.2015 11.03 a 15.07.2014	Atuou em razão do regime de exceção na Unidade Judiciária	1 ano, 2 meses e 21 dias
		16 a 19.07.2015 30.07 a 14.08.2015	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	19 dias
		20.08 a 19.11.2015	Atua em razão do afastamento do Juiz Titular para exercer a Diretoria de Assuntos Legislativos da ANAMATRA	3 meses
3	Deise Anne Herold	01 a 13.07.2014	Atuou em razão do regime de exceção na Unidade Judiciária	13 dias
4	Kelen Patrícia Bagetti	14 a 30.07.2014	Atuou em razão do regime de exceção na Unidade Judiciária	17 dias
5	Carolina Cauduro Dias de Paiva	18 a 24.08.2014	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	7 dias
		11 a 16.11.2014	Atuou em razão do afastamento por Licença para Tratamento de Saúde da Juíza Substituta lotada	6 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	25.08 a 16.09.2014	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	22 dias
7	Juliana Oliveira	29.09 a 05.10.2014	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	7 dias
		24.08 a 07.09.2015	Atuou em razão do afastamento por Licença-maternidade da Juíza Substituta lotada	14 dias
8	Átila da Rold Roesler	06 a 19.10.2014	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	14 dias
		03.08.2015 17.08.2015	Atuou em razão do regime de exceção na Unidade Judiciária	2 dias
9	Jaqueline Maria Menta	20 e 21.10.2014	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	2 dias
10	Felipe Jakobson Lerrer	31.10.2014	Atuou como Juiz Auxiliar	1 dia
11	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	06.11.2014	Atuou em razão do regime de exceção na Unidade Judiciária	1 dia
		20 a 29.07.2015	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	10 dias
		30.07 a 16.08.2015 14.09 a 19.11.2015	Atua em razão do afastamento por Licença-maternidade da Juíza Substituta lotada	2 meses e 23 dias
12	Mateus Crocoli Lionzo	17 a 28.11.2014	Atuou em razão do afastamento por Licença para Tratamento de Saúde da Juíza Substituta lotada	12 dias
13	Carolina Hostyn Gralha Beck	10 e 11.02.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	2 dias
14	Elisabete Santos Marques (Juíza Titular da 10ª VT de Porto Alegre)	12.02.2015	Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular	1 dia
15	Bárbara Fagundes	16 e 17.04.2015	Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular	2 dias
		18 a 25.04.2015	Atuou em razão do afastamento por Licença para Tratamento de Saúde da Juíza Substituta lotada	8 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		27.04 a 17.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	19 dias
16	Laura Balbuena Valente Gabriel	18 a 31.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	14 dias
		08 a 14.06.2015	Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular	7 dias
17	Felipe Lopes Soares	01 a 11.06.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	11 dias
		12 a 14.06.2015	Atuou em razão do afastamento por Licença-maternidade da Juíza Substituta lotada	3 dias
18	Maurício Joel Zanotelli	15.06 a 19.07.2015	Atuou em razão do afastamento por Licença-maternidade da Juíza Substituta lotada	35 dias
19	Fernando Reichenbach	21 a 29.07.2015	Atuou em razão do afastamento por Licença-maternidade da Juíza Substituta lotada	9 dias
		17.09.2015	Atuou em razão do regime de exceção na Unidade Judiciária	1 dia
20	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	17 a 23.08.2015	Atuou em razão do afastamento por Licença-maternidade da Juíza Substituta lotada	7 dias
21	Táise Sanchi Ferrão	28.08.2015 03 e 04.09.2015	Atuou em razão do regime de exceção na Unidade Judiciária	3 dias
22	Sheila dos Reis Mondin Engel	08.09.2015	Atuou em razão do regime de exceção na Unidade Judiciária	1 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 17.09.2015)



2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Luiz Antônio Colussi	Férias	06.02 a 07.03.2014 18.08 a 16.09.2014 07.01 a 05.02.2015 16 a 19.07.2015 21.07 a 14.08.2015	119 dias
		Curso ou Evento	22.05.2014 11 e 12.11.2014 18 e 19.11.2014 25 e 26.11.2014 09 a 11.12.2014 16 a 18.12.2014 07 a 15.02.2015 24 e 25.02.2015 03 e 04.03.2015 10 e 11.03.2015 17 e 18.03.2015 24 e 25.03.2015 16 e 17.04.2015 29 e 30.04.2015 05 e 06.05.2015 12 a 14.05.2015 26 a 28.05.2015	43 dias
		Afastamento para exercer a Diretoria de Assuntos Legislativos da ANAMATRA	02 e 03.06.2015 04 a 17.06.2015 18 e 19.06.2015 20.06 a 15.07.2015 16.08 a 29.09.2015 ^{*1} (data da correção)	88 dias
Substituta lotada	Patrícia Iannini dos Santos	Férias	10.03 a 08.04.2014 22.09 a 21.10.2014 27.04 a 11.06.2015	106 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	31.10 a 28.11.2014 06 a 25.04.2015	49 dias
		Licença-maternidade	12.06 a 29.09.2015 ^{*2} (data da correção)	107 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 17.09.2015)

*1 Período total de afastamento: de 16.08.2015 a 31.05.2017 (1 ano, 9 meses e 16 dias).

*2 Período total de afastamento: de 12.06 a 08.12.2015 (180 dias).



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Cristina Bach	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	07.12.2012
2	Adriana Corali Chaves Schmidt	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	07.06.2013
-	Guido Strauss de Lorenzo	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	09.03.2011
3	Caroline Grohs	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	20.03.2013
4	Caroline Silva Fenilli Pettenuzzo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	06.07.2009
5	Rodrigo Ely	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	22.10.2012
6	Vladimir do Nascimento Rodrigues	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	23.07.2013
7	Lia Suzana Dal Ponte Reis	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	27.03.2014
8	Rafael Thomann Zandavalli	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	19.03.2013
*	Oswaldo Jurandir Nunes da Silva	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	22.08.2013
*	Lucinéia Rodrigues de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	06.12.2013
9	Magda Rigon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	07.01.2014
10	Karen da Silva Alves Montardo	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	26.03.2014
*	Clarissa Silva Portela Lopes (Em férias)	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	02.06.2014



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

11	Patrícia Policarpo dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.08.2014
*	George Divoncir de Araújo Matos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	26.11.2014
12	Camila Pasa de Moraes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	01.12.2014
13	Rúbia da Silva Leviski Feyh Zago (Em Licença-gestante)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	19.12.2014
14	Rafael Bassani	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	11.02.2015
15	Sérgio de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	01.07.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.09.2015)

* Servidores classificados como “excedente” pela SEGESP

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
2.118 processos	Mais de 2.000	15 servidores	15 a 16 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Adriana Corali Chaves Schmidt	Curso ou Evento	1	1
Camila Pasa de Moraes (desde 01.12.2014)*1	-	-	-
Caroline Grohs	Curso ou Evento	3	4
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Caroline Silva Fenilli Pettenuzzo	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Clarissa Silva Portela Lopes (desde 02.06.2014)* ¹	Curso ou Evento	4	19
	Dispensa Médica	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	13	
Cristina Bach	Curso ou Evento	5	5
George Divoncir de Araújo Matos (desde 26.11.2014)* ¹	-	-	-
Guido Strauss de Lorenzo	-	-	-
Karen da Silva Alves Montardo (desde 26.03.2014)* ¹	Curso ou Evento	1	6
	Doença em Pessoa da Família	3	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Lia Suzana Dal Ponte Reis (desde 27.03.2014)* ¹	Curso ou Evento	1	7
	Dispensa Médica	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
Lucinéia Rodrigues de Oliveira	Dispensa Médica	2	7
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
Magda Rigon (desde 07.01.2014)* ¹	Curso ou Evento	2	303
	Doença em Pessoa da Família	11	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	290	
Oswaldo Jurandir Nunes da Silva	Doença em Pessoa da Família	13	26
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	13	
Patrícia Policarpo dos Santos (desde 12.08.2014)* ¹	Dispensa do Ponto	1	
Rafael Bassani (desde 11.02.2015)* ¹	-	-	-
Rafael Thomann Zandavalli	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	7
Rodrigo Ely	-	-	-
Rúbia da Silva Leviski Feyh Zago (desde 19.12.2014)* ¹	Curso ou Evento	2	85
	Licença-gestante	83 até (28.09.2015)* ²	
Sérgio de Oliveira (desde 01.07.2015)*	Curso ou Evento	2	7
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
Vladimir do Nascimento Rodrigues	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.09.2015)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

*2 Período total de afastamento da servidora Rúbia da Silva Leviski Feyh Zago em virtude de gozo de licença-gestante: 06.07 a 01.01.2016 (180 dias).

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Ane Costa de Oliveira	01.07.2013	06.01.2014	6 meses e 6 dias	Lotação na 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
2	Raquel Romanoff Antunes	30.04.2004	23.01.2014	9 anos, 8 meses e 24 dias	Lotação na 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
3	Eduardo Seara Rabenschlag	12.08.2013	04.03.2014	6 meses e 23 dias	Lotação no Gab. Des. Leonardo Meurer Brasil – Assistente de Gabinete (FC05)
4	Edilberto da Silva Melo	07.01.2011	23.03.2014	3 anos, 2 meses e 17 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente (FC02)
5	Luís Gustavo de Assis Vargas	07.12.2012	06.08.2014	1 ano e 8 meses	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí – Diretor de Secretaria (CJ3)*
6	Jussamara Telles Araújo Silva	27.09.2010	17.08.2014	3 anos, 10 meses e 21 dias	Aposentadoria
7	Claudine Lima da Rosa	04.04.2011	24.08.2014	3 anos, 4 meses e 21 dias	Lotação na Seção de Coordenação de 1º Grau – Assistente (FC02)
8	Carlos Aurélio Mascarenhas de Souza	16.07.2012	30.11.2014	2 anos, 4 meses e 15 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Viamão
9	Humberto Araújo Souza	21.06.2013	02.02.2015	1 ano, 7 meses e 12 dias	Exoneração a pedido
10	Bruno Mahlmann Rieger	18.12.2014	17.05.2015	5 meses	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.09.2015)

* O servidor Luís Gustavo de Assis Vargas foi o anterior Diretor de Secretaria da Unidade Judiciária, de 07.12.2012 a 06.08.2014.



2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Vanessa Dias Morch	Superior em Direito	17.06.2015 a 16.12.2015
2	Felipe Brendler Martins	Superior em Direito	21.08.2015 a 20.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.09.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Luiz Antônio Colussi	-	3	176	179
Substituta lotada	Patrícia Iannini dos Santos	-	-	2,5	2,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Adriana Corali Chaves Schmidt	20	-	155,5	175,5
Camila Pasa de Moraes	-	20	30	50
Caroline Grohs	-	-	106	106
Caroline Silva Fenilli Pettenuzzo	-	-	30	30
Clarissa Silva Portela Lopes	-	-	115	155
Cristina Bach*	20	-	153	173
George Divoncir de Araújo Matos	-	-	-	-
Guido Strauss de Lorenzo	-	-	15	15
Karen da Silva Alves Montardo	-	28	117	145
Lia Suzana Dal Ponte Reis	-	-	11	11
Lucinéia Rodrigues de Oliveira	-	3	2	5
Magda Rigon	-	20	18	38
Osvaldo Jurandir Nunes da Silva	-	-	5	5
Patrícia Policarpo dos Santos	-	-	-	-
Rafael Bassani	-	-	91	91
Rafael Thomann Zandavalli	-	-	16	16
Rodrigo Ely	-	-	-	-
Rúbia da Silva Leviski Feyh Zago	20	-	223	243



Sérgio de Oliveira	-	20	187	207
Vladimir do Nascimento Rodrigues	-	4	-	4

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	5.316	5.582	5,00%	6.023	7,90%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	253	207	-18,18%	189	-8,70%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.604	1.711	6,67%	1.739	1,64%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	6	3	-50,00%	0	-100,00%
Total	7.179	7.503	4,51%	7.951	5,97%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 01.09.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

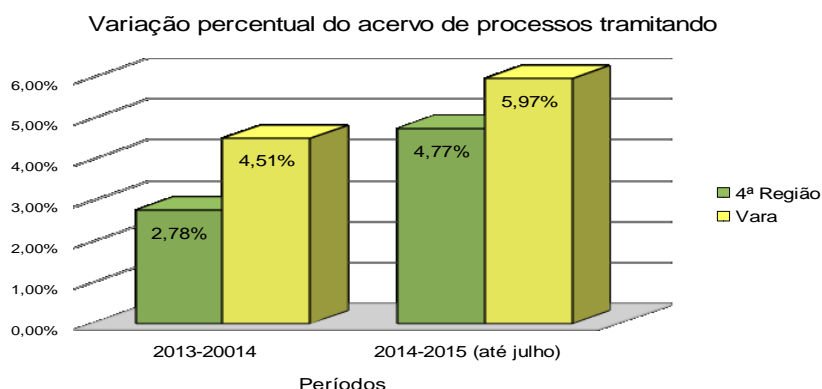
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 4,51% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 266 processos); por sua vez, o acervo de liquidações registrou queda (46 processos, o que importa em um decréscimo de 18,18%), assim como as cartas precatórias tramitando.

A variação do acervo de processos na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a julho de 2015 o estoque de processos tramitando avançou 5,97%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.07)	Varição 2014-2015
Casos novos	2.181	2.256	3,44%	1.614	-28,46%
Sentenças anuladas/reformadas	5	30	500,00%	15	-50,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.588	1.936	21,91%	984	-49,17%
Processos pendentes de solução	2.417	2.703	11,83%	3.334	23,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

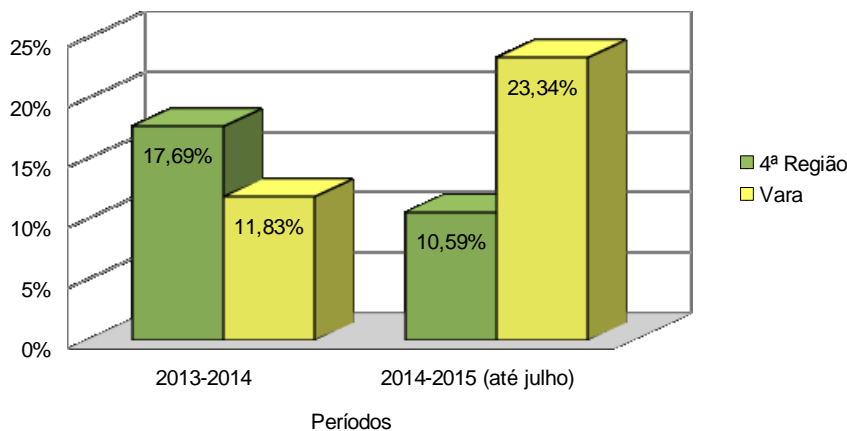
No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 11,83% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 2.417 para 2.703 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 3,44% na média mensal de casos novos (a qual passou de 182,17 processos, em 2013, para 190,50, em 2014). Em contrapartida, a média mensal de processos solucionados aumentou de 132,33, em 2013, para 161,33, em 2014, correspondendo a um avanço de 21,91%.

Outrossim, os dados dos sete primeiros meses de 2015 apontam aumento de 23,34% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é muito superior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (73,55%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.07.2015, houve aumento de 125 processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, correspondendo a um aumento de 143,68%. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	310	357	15,16%	519	45,38%
Aguardando encerramento da instrução	1.982	1.988	0,30%	2.247	13,03%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	104	271	160,58%	356	31,37%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	21	87	314,29%	212	143,68%
TOTAL	2.417	2.703	11,83%	3.334	23,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 30ª Vara	61,87%	58,83%	-4,91%	77,29%	31,36%
Média no TRT4 - 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	57,80%	30,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]



A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 58,83% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 4,91% em relação ao índice do ano anterior. No entanto, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 14,50 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	340	21,41	405	20,92	237	24,09
	Julgado procedente	28	1,76	59	3,05	40	4,07
	Julgado procedente em parte	423	26,64	546	28,20	204	20,73
	Julgado improcedente	488	30,73	561	28,98	221	22,46
	Extinto	32	2,02	22	1,14	12	1,22
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	22	1,39	37	1,91	38	3,86
	Arquivamento (art. 844 CLT)	167	10,52	268	13,84	210	21,34
	Desistência	47	2,96	35	1,81	22	2,24
	Outras decisões	41	2,58	3	0,15	0	0,00
TOTAL		1.588	100	1.936	100	984	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

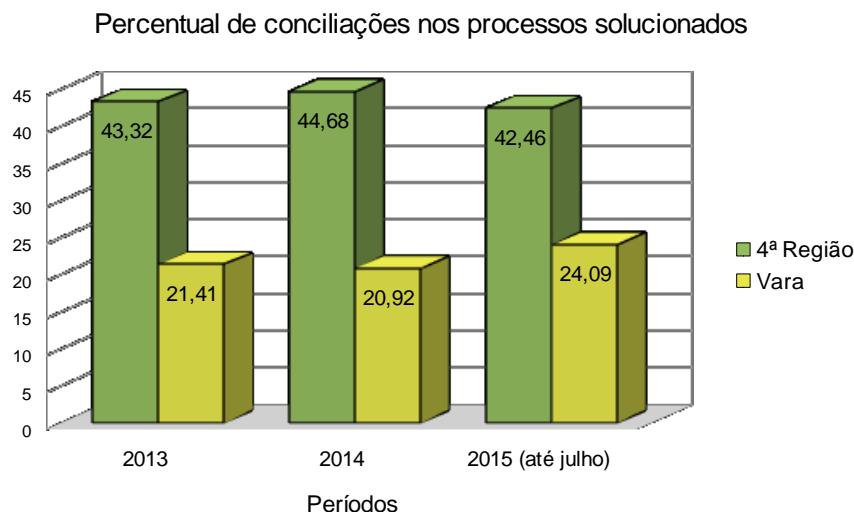
Verificou-se aumento de 348 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 21,91%. Esse índice se mostra destoou da média em toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 971 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 1.188 decisões, representando um aumento de 22,35%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito também superou ao do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Finalmente, a análise do quadro acima demonstra aumento do número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 340, representando 21,41% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações subiu para 405, correspondendo a 20,92% das soluções na fase de conhecimento – índice bastante inferior ao verificado em toda a 4ª Região,



que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 24,09%, resultado ainda abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Iniciadas	324	297	-8,33%	125	-57,91%
Encerradas	321	343	6,85%	130	-62,10%
Pendentes	225	177	-21,33%	167	-5,65%
Arquivo Provisório	4	1	-75,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 225, em 2013, para 177, em 2014, importando em uma queda de 21,33%. Esse percentual foi de encontro resultado verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Entre os motivos dessa queda se destacaram o aumento de 6,85% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações encerradas em 2014 superou em 46 o número de liquidações iniciadas no respectivo período.

Nos sete primeiros meses de 2015, houve recuo de 10 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 5,65%, decréscimo superior àquele alcançada em todo o TRT4 no período, que foi de 0,63%.



3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 30ª Vara	43,78%	34,29%	-21,68%	56,95%	66,09%
Média no TRT4 - 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	55,70%	26,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 34,29% no ano de 2014, constatando-se uma queda de 21,68% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior em 9,87 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	577	538	-6,76%	240	-55,39%
	Desarquivadas para prosseguimento	35	616	1660,00%	5	-99,19%
Saídas	Encerradas	265	496	87,17%	177	-64,31%
	Arquivadas Provisoriamente	0	13	-	1	-92,31%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	0	1	-	1	0,00%
	Demais	1.301	1.398	7,46%	1.445	3,36%
	Total	1.301	1.399	7,53%	1.446	3,36%
Saldo no arquivo Provisório		818	307	-62,47%	302	-1,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre subiu de 1.301 para 1.399 processos, o que corresponde a uma elevação de 7,53% em relação ao ano anterior. Em face disso, constata-se que o desempenho da Unidade foi inferior àquele apresentado na 4ª Região no período em questão, no qual foi registrada uma queda de 2,50% em seu acervo médio de processos em execução.

Apesar da queda de 6,76% no número de execuções iniciadas na Unidade em 2014 e do aumento de 87,17% no número de execuções encerradas no mesmo período, ainda assim a diferença entre as execuções iniciadas e encerradas foi de 42. Destaca-se também que o grande número de processos desarquivados para prosseguimento da execução também contribuiu para a elevação do estoque de execuções pendentes de encerramento.

Finalmente, os dados colhidos no período de janeiro a julho de 2015 apontam aumento de 3,36% no estoque de processos pendentes na fase de



execução, resultado acima da média regional no mesmo período, que avançou 1,64%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 30ª Vara	82,49%	73,03%	-11,46%	89,20%	22,14%
Média no TRT4 - 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	82,62%	16,68%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 73,03% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 11,46% em relação ao índice do ano anterior. Entretanto, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 2,22 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 30ª Vara	89,75%	81,33%	-9,38%	90,90%	11,77%
Média no TRT4 - 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	89,87%	5,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre na fase de execução, a qual passa a corresponder a 81,33% - média 9,38% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 3,58 pontos percentuais menor.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	203	267	31,53%	114	-57,30%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	40	120	200,00%	60	-50,00%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	800	916	14,50%	959	4,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)



O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.07.2015. Dessa consulta, resultaram **02 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, conforme descrição abaixo.

1	0001033-79.2012.5.04.0030
Situação processual: Em 05.05.2015, foi certificado o pagamento integral do débito e foi proferida sentença de extinção da execução. Também foi determinada a expedição de honorários, a devolução de documentos e o posterior arquivamento do processo. Histórico BNDT: Em 21.10.2014, a reclamada <i>Associação de Moradores Jardim das Paineiras</i> teve seus dados inseridos no BNDT com a situação “sem garantia total do juízo”. Em 09.12.2014, a situação da reclamada foi alterada para “com garantia total do juízo”.	
2	0000900-08.2010.5.04.0030
Reclamatória com situação processual similar à ação nº 0001033-79.2012.5.04.0030.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidente	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	271	186	104	357	391	106	144	181	81
Antecipações de tutela	198	141	85	199	136	133	121	134	131
Impugnações à sentença de liquidação	27	20	24	46	31	36	27	11	56
Embargos à execução	98	67	87	157	131	112	79	47	141
Embargos à arrematação	1	0	1	3	3	1	0	0	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	2	2	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	8	5	7	9	8	8	7	3	12

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 773 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 28,19% em relação ao ano anterior. Percebe-



se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 67,54% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 419 para 702). Por sua vez, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 396, saldo 28,57% maior do que em 31.12.2013. Ademais, em 31.07.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 422, saldo 5,67% superior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

1	0126300-71.2006.5.04.0030
Situação processual: Em 15.12.2011, o reclamante opôs embargos de declaração. Em 19.12.2011, foi proferido despacho que deixou de apreciar os embargos por intempestivos. No entanto, não foram lançados os andamentos de conclusão e da decisão que não conheceu dos embargos declaratórios, motivo pelo qual o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.	
2	0131200-29.2008.5.04.0030
Reclamatória com situação processual similar à ação nº 0126300-71.2006.5.04.0030.	
3	0144100-49.2005.5.04.0030
Situação processual: Em 17.03.2014, o reclamante apresentou manifestação registrada no sistema informatizado como impugnação à sentença de liquidação. Dessa petição a reclamada foi intimada para vista em 01.07.2014, apresentando manifestação em 17.07.2014. Em 29.07.2014, foi proferido despacho o qual respondeu às manifestações do reclamante e da reclamada, reconsiderando o despacho que determinou a constituição de capital, determinou a apresentação de cálculos complementares e determinou a comprovação pela reclamada implementação do pensionamento mensal em folha de pagamento. Considerando que até a presente data não houve a conclusão dos autos para julgamento da impugnação à sentença de liquidação, o incidente permanece pendente junto ao sistema e-Gestão.	
4	0000400-78.2006.5.04.0030
Situação processual: Em 19.09.2014, o reclamante apresentou manifestação registrada no sistema informatizado como embargos à arrematação. No entanto, não há registro de designação de leilão ou praça nos autos e, por consequência, de arrematação de qualquer espécie.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	141,35	201,44	42,52%	315,46	56,60%
	Ordinário	388,57	426,82	9,85%	409,78	-3,99%
	Total	384,42	423,54	10,18%	408,8	-3,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

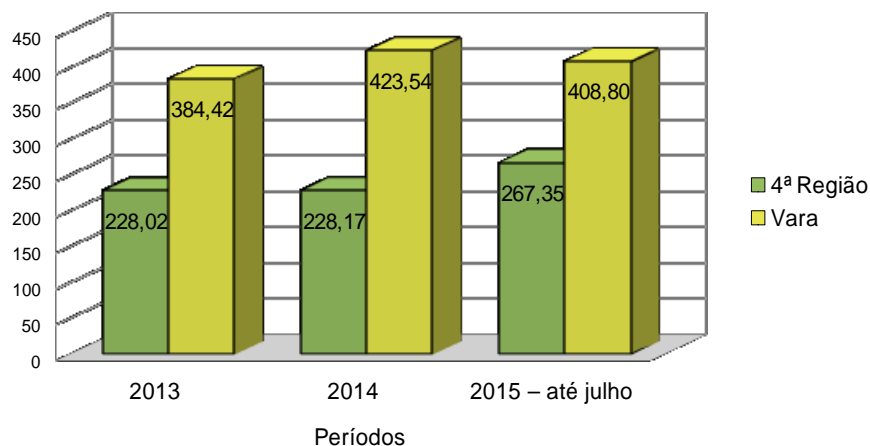
Inicialmente, é importante destacar que há grande diferença no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento entre a 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre e as demais unidades de 1ª instância do regional. A principal justificativa para isso é a competência funcional da Unidade para ações que versem sobre acidentes do trabalho. A prática tem demonstrado que o tempo para realização de perícias médicas, exames complementares e as discussões daí decorrentes aumentam em muito o prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Diante disso, constatou-se que no ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 201,44 dias, correspondendo a um avanço de 42,52% em relação à média do ano anterior. Outrossim, nos sete primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 56,60% mais moroso na comparação com o ano de 2014. Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 426,82 dias, média 9,85% superior na comparação com 2013. Em 2015, porém, o prazo médio recuou 3,99% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 85,62% (195,37 dias) mais moroso que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, diferença reduzida em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 52,91% (141,45 dias) maior que a média regional. Especificações no quadro abaixo.



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	91	-	-	90,50	-
	Ordinário	273,59	225,39	-17,62%	209,53	-7,04%
	Total	272,98	225,39	-17,44%	207,51	-7,93%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

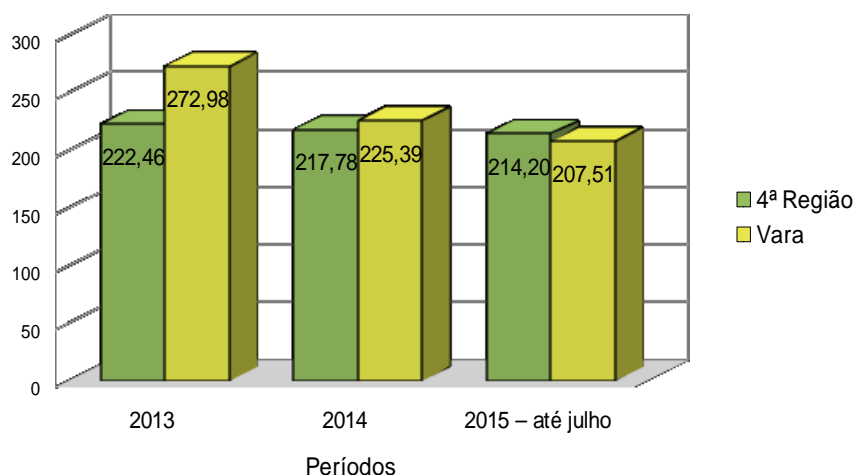
No ano de 2014, nenhum processo do rito sumaríssimo teve sua tramitação na fase de liquidação encerrada, motivo pelo qual não houve registro de prazo de tramitação processual. Por sua vez, de janeiro a julho de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 90,5 dias.

Além disso, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 225,39 dias em 2014, média 17,62% menor que a de 2013. Da mesma forma, nos sete primeiros meses de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário recuou para 209,53 dias, que equivale a uma redução de 7,04%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 3,49% (7,61 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, ao contrário do que se verifica em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 3,13% (6,69 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	558,69	604,46	8,19%	760,49	25,81%
	Ente público	519,00	780,38	50,36%	1.041,67	33,48%
	Total	558,16	607,82	8,90%	770,59	26,78%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

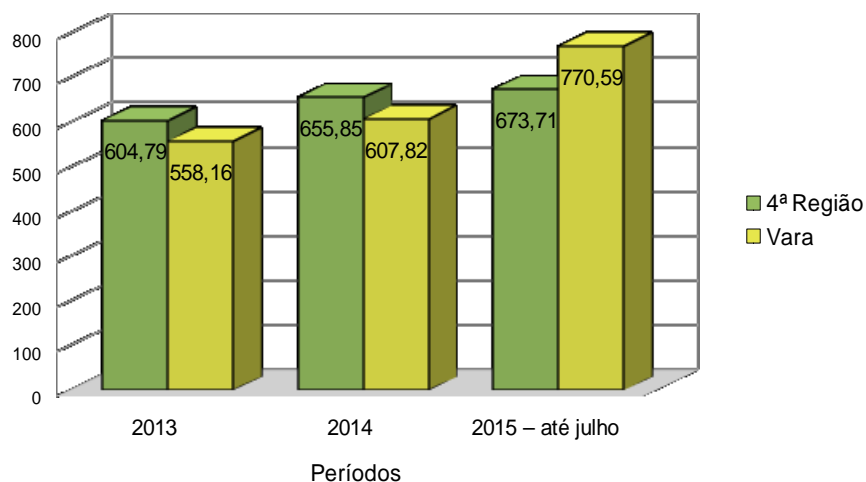
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 558,69 dias, em 2013, para 604,46 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a julho), da mesma forma, a média aumentou para 760,49 dias, prazo 25,81% maior que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 519 dias, em 2013, para 780,38, em 2014. Outrossim, nos primeiros sete meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 1.041,67 dias, que equivale a um aumento de 33,48% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi 7,32% (48,03 dias) mais célere que a média da 4ª Região, resultado não repetido nesses sete primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 14,38% (96,88 dias) maior que a média regional.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.512	1.502	99,34%	Meta cumprida



5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.402	1.386	98,86%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
2.256	1.936	85,82%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31.12.2011	Processos distribuídos até 31.12.2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
55	53	96,36%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
1.839	1.692	92,01%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1.653



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	602
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	167
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	575
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	232
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	537
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	730
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	3
P5.16	Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	5
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
18,00%	Meta cumprida

META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
Não avaliado*	Não avaliado*

*Na jurisdição de Porto Alegre, a 18ª Vara do Trabalho possui competência funcional em feitos em que a Fazenda Pública figura como parte.



5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2015	Solucionados até 31.07.2015	%	Resultado parcial (até julho)
1.614	984	60,97%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre jan/2013 e jul/2015	%	Resultado
2.387	1.954	81,86%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.07)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.07)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até julho)
2.387	1.954	81,86%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até julho)
0	Meta já cumprida



5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.07.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até julho)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	72	77	70	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	21	29	20	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	21	19	20	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	5	7	4	
5º	União	21	7	20	
6º	OI S.A.	30	33	29	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	19	16	18	
9º	Banco do Brasil S.A.	10	11	9	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	34	55	33	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

- a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.07)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até julho)
228,17	423,54	408,80	419,30	Indicativo de cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.07)	Meta para 2015	Resultado parcial (até julho)
Total de acordos	340	405	372,50	237	377	Média parcial indicativa de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	28,33	33,75	31,04	33,86	31,42	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas às sextas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	9 (I) 5 (P)	9 (I) 5 (P)	9 (I) 5 (P)	9 (I) 5 (P)	3 a 5 (I) 6 (P) em 2015 5 (P) em 2016
Tarde	9 (I) 5 (P)	9 (I) 5 (P)	9 (I) 5 (P)	9 (I) 5 (P)	3 a 5 (I) 6 (P) em 2015 5 (P) em 2016

Obs.: Em 2016 há duas pautas por mês, às sextas-feiras, e as audiências iniciais ainda não foram definidas.

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 29.09.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	17.11.2015	18.11.2015
Una Sumaríssimo	-	-
Instrução	21.11.2016	13.04.2016 *
Tentativa de acordo em execução	-	-

Obs.: * A próxima data livre indicada destina-se à reserva para adiamentos de instrução, no período de março a maio de 2016, relativamente ao 5º prosseguimento da pauta, e sextas-feiras.

A próxima data livre para prosseguimento, que não seja adiamento, é 04.10.2016.

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 29.09.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	72,95	67,94	-6,87%	64,47	-5,10%
	Ordinário	82,05	48,45	-40,96%	63,75	31,58%
	Total	81,93	48,72	-40,54%	63,75	30,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 72,95 dias, em 2013, para 67,94 dias, em 2014 (queda de 6,87%). Outrossim, nos primeiros sete meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 64,47 dias, que equivale a uma redução de 5,10% na comparação com 2014.

Ademais, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 82,05 dias, em 2013, para 48,45 dias, em 2014 (queda de 40,96%), seguida por uma elevação para 63,75 dias, em 2015 (aumento de 31,58%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2014				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Ana Luiza Barros de Oliveira	43	33	0	0	76
Carolina Cauduro Dias de Paiva	43	33	0	0	76



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	16	4	0	0	20
Deise Anne Herold	47	30	0	2	79
Edenir Barbosa Domingos	15	19	0	0	34
Felipe Jakobson Lerrer	0	4	0	0	4
Ivanise Marilene Uhlig De Barros	61	48	0	0	109
Jaqueline Maria Menta	16	11	0	0	27
Juliana Oliveira	12	6	0	0	18
Kelen Patrícia Bagetti	55	48	0	2	105
Luciana Caringi Xavier	850	561	1	8	1.420
Luiz Antônio Colussi	776	630	4	45	1.455
Mateus Crocoli Lionzo	33	36	0	0	69
Patrícia Iannini dos Santos	695	485	5	9	1.194
Átila Da Rold Roesler	48	32	0	0	80
(Juiz não informado)	9	1	0	0	10
Total	2.719	1.981	10	66	4.776
2015 (até 31.07)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bárbara Fagundes	77	73	0	2	152
Carolina Hostyn Gralha Beck	15	9	0	0	24
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	51	21	0	0	72
Elisabete Santos Marques	8	3	0	0	11
Felipe Lopes Soares	38	25	0	0	63
Fernando Reichenbach	51	23	0	0	74
Kelen Patrícia Bagetti	8	0	0	0	8
Laura Balbuena Valente Gabriel	66	49	0	0	115
Luciana Caringi Xavier	393	268	1	2	664
Luiz Antônio Colussi	332	279	1	19	631
Maurício Joel Zanotelli	109	99	1	1	210
Patrícia Iannini dos Santos	139	98	0	7	244
Total	1.287	947	3	31	2.268

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Alessandra Casaril	-	2	0	2	-	2
Ana Luiza Barros de Oliveira	2	20	1	23	6	29
Carolina Cauduro Dias de Paiva	4	15	0	19	9	28
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	2	0	0	2	-	2
Deise Anne Herold	1	23	0	24	6	30
Edenir Barbosa Domingos	2	13	0	15	-	15
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	2	3	0	5	-	5
Felipe Jakobson Lerrer	-	2	0	2	1	3
Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead	1	3	0	4	-	4
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	19	34	0	53	6	59
Jaqueline Maria Menta	-	0	0	0	1	1
Juliana Oliveira	-	4	0	4	1	5
Kelen Patrícia Bagetti	9	25	1	35	6	41
Luciana Caringi Xavier	138	319	4	461	112	573
Luiz Antônio Colussi	141	354	3	498	101	599
Mateus Crocoli Lionzo	3	12	0	15	3	18
Matheus Brandão Moraes	-	5	0	5	-	5
Milena Ody	-	16	0	16	-	16
Patrícia Iannini dos Santos	68	301	11	380	80	460
Rafaela Duarte Costa	5	1	1	7	1	8
Raquel Gonçalves Seara	2	1	0	3	1	4
Átila Da Rold Roesler	6	13	1	20	8	28
(Juiz não informado)	-	1	0	1	1	2
Total	405	1.167	22	1.594	343	1.937
2015 (até 31.07)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bárbara Fagundes	6	22	0	28	12	40
Carolina Cauduro Dias de Paiva	-	14	0	14	1	15
Carolina Hostyn Gralha Beck	2	0	0	2	4	6
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	12	12	0	24	7	31
Edenir Barbosa Domingos	-	1	0	1	-	1
Elisabete Santos Marques	-	1	0	1	1	2
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	-	2	0	2	-	2
Felipe Lopes Soares	3	0	0	3	7	10
Fernando Reichenbach	9	0	0	9	7	16



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Jaqueline Maria Menta	-	8	0	8	-	8
Juliana Oliveira	-	1	0	1	-	1
Kelen Patrícia Bagetti	-	2	0	2	-	2
Laura Balbuena Valente Gabriel	1	2	1	4	16	20
Luciana Caringi Xavier	89	160	6	255	73	328
Luiz Antônio Colussi	81	178	4	263	86	349
Mateus Crocoli Lionzo	-	14	0	14	-	14
Maurício Joel Zanotelli	9	0	0	9	9	18
Milena Ody	-	1	0	1	-	1
Patrícia Iannini dos Santos	24	36	1	61	47	108
Rafaela Duarte Costa	-	3	0	3	-	3
Raquel Gonçalves Seara	1	0	0	1	-	1
Átila Da Rold Roesler	-	8	0	8	-	8
TOTAL	237	465	12	714	270	984

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 1º.09.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular Luiz Antônio Colussi		
0020394-48.2013.5.04.0030	0020320-57.2014.5.04.0030	0021127-77.2014.5.04.0030
0021289-72.2014.5.04.0030	0020425-70.2014.5.04.0018	0021142-06.2014.5.04.0011
0093500-82.2009.5.04.0030	0020611-57.2014.5.04.0030	0021195-27.2014.5.04.0030
0020481-42.2014.5.04.0006	0021189-20.2014.5.04.0030	0021207-41.2014.5.04.0030
0020258-17.2014.5.04.0030	0021167-59.2014.5.04.0030	0021209-11.2014.5.04.0030
0020740-62.2014.5.04.0030	0021170-14.2014.5.04.0030	0021211-78.2014.5.04.0030
0000687-94.2013.5.04.0030	0021174-51.2014.5.04.0030	0020495-51.2014.5.04.0030
0001493-32.2013.5.04.0030	0021222-10.2014.5.04.0030	0020506-80.2014.5.04.0030
0001497-69.2013.5.04.0030	0000667-06.2013.5.04.0030	0020518-94.2014.5.04.0030
0020556-09.2014.5.04.0030	0020154-59.2013.5.04.0030	0020753-61.2014.5.04.0030
0020565-68.2014.5.04.0030	0020403-18.2014.5.04.0016	0021159-82.2014.5.04.0030
0021177-06.2014.5.04.0030	0020669-60.2014.5.04.0030	0021179-73.2014.5.04.0030
0021192-72.2014.5.04.0030	0021297-49.2014.5.04.0030	0021379-80.2014.5.04.0030
0020628-93.2014.5.04.0030	0021102-64.2014.5.04.0030	0020686-20.2014.5.04.0023
0000968-55.2010.5.04.0030	0020852-88.2014.5.04.0011	0000328-77.2013.5.04.0020
0020307-58.2014.5.04.0030	0001323-94.2012.5.04.0030	0001185-93.2013.5.04.0030
Total: 48 processos		

Juíza substituta lotada Patrícia Iannini dos Santos		
0020464-31.2014.5.04.0030	0001519-64.2012.5.04.0030	0020245-18.2014.5.04.0030
0000032-30.2010.5.04.0030	0020101-44.2014.5.04.0030	0020272-98.2014.5.04.0030
0001273-34.2013.5.04.0030	0000193-35.2013.5.04.0030	0020301-91.2013.5.04.0028



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0058100-41.2008.5.04.0030	0001544-43.2013.5.04.0030	0001258-65.2013.5.04.0030
0001268-46.2012.5.04.0030	0020041-71.2014.5.04.0030	0000341-46.2013.5.04.0030
0021063-67.2014.5.04.0030	0020112-73.2014.5.04.0030	0020435-15.2013.5.04.0030
0021188-35.2014.5.04.0030	0020176-83.2014.5.04.0030	0000201-12.2013.5.04.0030
0000867-47.2012.5.04.0030	0000768-43.2013.5.04.0030	0020296-29.2014.5.04.0030
0001352-47.2012.5.04.0030	0020029-91.2013.5.04.0030	0020412-69.2013.5.04.0030
0001409-02.2011.5.04.0030	0020333-90.2013.5.04.0030	0001412-83.2013.5.04.0030
0000426-32.2013.5.04.0030	0020418-76.2013.5.04.0030	0020018-62.2013.5.04.0030
0001513-23.2013.5.04.0030	0095600-49.2005.5.04.0030	0020180-23.2014.5.04.0030
0020026-39.2013.5.04.0030	0221200-80.2005.5.04.0030	0021794-63.2014.5.04.0030
0001332-22.2013.5.04.0030	0000237-59.2010.5.04.0030	0000509-48.2013.5.04.0030
0001550-50.2013.5.04.0030	0000618-96.2012.5.04.0030	0001281-11.2013.5.04.0030
0000730-02.2011.5.04.0030	0020313-02.2013.5.04.0030	0020065-02.2014.5.04.0030
0020006-14.2014.5.04.0030	0126800-74.2005.5.04.0030	0020199-29.2014.5.04.0030
0020322-61.2013.5.04.0030	0140800-74.2008.5.04.0030	0021039-39.2014.5.04.0030
0020438-67.2013.5.04.0030	0020031-61.2013.5.04.0030	0000525-02.2013.5.04.0030
0001584-25.2013.5.04.0030	0020130-94.2014.5.04.0030	0000538-98.2013.5.04.0030
0001589-47.2013.5.04.0030	0000994-53.2010.5.04.0030	0001485-55.2013.5.04.0030
0001418-90.2013.5.04.0030	0001002-59.2012.5.04.0030	0020218-35.2014.5.04.0030
0001228-30.2013.5.04.0030	0001468-53.2012.5.04.0030	0020225-27.2014.5.04.0030
0001425-82.2013.5.04.0030	0020132-64.2014.5.04.0030	0021069-74.2014.5.04.0030
0134300-89.2008.5.04.0030	0020135-19.2014.5.04.0030	0000440-16.2013.5.04.0030
0001001-40.2013.5.04.0030	0020142-11.2014.5.04.0030	0000896-63.2013.5.04.0030
0020400-55.2013.5.04.0030	0020150-85.2014.5.04.0030	0020257-32.2014.5.04.0030
0000274-81.2013.5.04.0030	0148500-09.2005.5.04.0030	0021051-53.2014.5.04.0030
0000890-56.2013.5.04.0030	0000137-02.2013.5.04.0030	0021092-20.2014.5.04.0030
0020155-44.2013.5.04.0030	0020047-15.2013.5.04.0030	0001320-42.2012.5.04.0030
0020213-47.2013.5.04.0030	0020249-55.2014.5.04.0030	0020465-79.2015.5.04.0030
0020342-52.2013.5.04.0030	0020297-48.2013.5.04.0030	0001782-96.2012.5.04.0030
0020352-96.2013.5.04.0030	0001241-97.2011.5.04.0030	0001049-96.2013.5.04.0030
0020008-81.2014.5.04.0030	0020172-46.2014.5.04.0030	0020265-09.2014.5.04.0030
0020038-19.2014.5.04.0030	0000808-25.2013.5.04.0030	0020293-74.2014.5.04.0030
0020204-85.2013.5.04.0030	0000898-33.2013.5.04.0030	0020309-28.2014.5.04.0030
0020236-90.2013.5.04.0030	0020190-67.2014.5.04.0030	0020336-11.2014.5.04.0030
0020343-37.2013.5.04.0030	0001087-45.2012.5.04.0030	0020772-67.2014.5.04.0030
0020719-86.2014.5.04.0030	0020102-29.2014.5.04.0030	0000434-14.2010.5.04.0030
0020298-33.2013.5.04.0030	0020175-98.2014.5.04.0030	0000608-18.2013.5.04.0030
0096100-76.2009.5.04.0030	0020197-59.2014.5.04.0030	0001078-49.2013.5.04.0030



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000931-23.2013.5.04.0030	0020198-44.2014.5.04.0030	0020346-55.2014.5.04.0030
0000730-31.2013.5.04.0030	0020201-96.2014.5.04.0030	0020287-04.2013.5.04.0030
0000771-95.2013.5.04.0030	0219600-24.2005.5.04.0030	0020018-28.2014.5.04.0030
0000878-42.2013.5.04.0030	0219600-24.2005.5.04.0030	0020183-75.2014.5.04.0030
0000606-48.2013.5.04.0030	0020035-42.2014.5.04.0005	0021084-43.2014.5.04.0030
0000730-65.2012.5.04.0030	0020347-40.2014.5.04.0030	0021098-27.2014.5.04.0030
0001048-86.2013.5.04.0006	0000266-07.2013.5.04.0030	0205200-05.2005.5.04.0030
0050800-91.2009.5.04.0030	0020230-49.2014.5.04.0030	0001599-28.2012.5.04.0030
0020082-38.2014.5.04.0030	0020240-93.2014.5.04.0030	0020157-77.2014.5.04.0030
0000810-92.2013.5.04.0030	0001190-18.2013.5.04.0030	0020234-26.2013.5.04.0029
0001209-36.2013.5.04.0026	0001435-29.2013.5.04.0030	0021059-30.2014.5.04.0030
0020093-67.2014.5.04.0030	0020326-98.2013.5.04.0030	0000027-03.2013.5.04.0030
0020278-42.2013.5.04.0030	0020164-69.2014.5.04.0030	0000832-53.2013.5.04.0030
0020353-47.2014.5.04.0030	0021797-18.2014.5.04.0030	-
Total: 164 processos		

Juiz substituto Átila Da Rold Roesler		
0020694-73.2014.5.04.0030	0020866-15.2014.5.04.0030	0020867-97.2014.5.04.0030
0020655-76.2014.5.04.0030	0020846-24.2014.5.04.0030	-
Total: 5 processos		

Juíza substituta Bárbara Fagundes		
0151300-73.2006.5.04.0030	0001514-02.2012.5.04.0011	0141000-81.2008.5.04.0030
0001365-12.2013.5.04.0030	0001406-76.2013.5.04.0030	0021129-47.2014.5.04.0030
Total: 6 processos		

Juiz substituto Felipe Lopes Soares		
0020081-25.2014.5.04.0007	0020811-64.2014.5.04.0030	0020595-06.2014.5.04.0030
0020114-43.2014.5.04.0030	0020427-19.2014.5.04.0025	0020405-77.2013.5.04.0030
0020424-49.2014.5.04.0030	0020577-82.2014.5.04.0030	-
Total: 8 processos		

Juiz substituto Fernando Reichenbach		
0020783-96.2014.5.04.0030	0020786-51.2014.5.04.0030	0020850-61.2014.5.04.0030
0000666-21.2013.5.04.0030	0020858-38.2014.5.04.0030	0020859-23.2014.5.04.0030
0001466-83.2012.5.04.0030	0001361-72.2013.5.04.0030	-
Total: 8 processos		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juíza substituta Laura Balbuena Valente Gabriel		
0000347-76.2010.5.04.0024	0020023-84.2013.5.04.0030	0020571-75.2014.5.04.0030
0020334-75.2013.5.04.0030	0020528-41.2014.5.04.0030	0020553-54.2014.5.04.0030
0000500-33.2006.5.04.0030	0020057-25.2014.5.04.0030	0118700-62.2007.5.04.0030
0009700-64.2006.5.04.0030	0001279-41.2013.5.04.0030	0020388-07.2014.5.04.0030
0020616-79.2014.5.04.0030	0020648-84.2014.5.04.0030	0020262-54.2014.5.04.0030
0020331-23.2013.5.04.0030	0020555-24.2014.5.04.0030	0020620-19.2014.5.04.0030
0021075-81.2014.5.04.0030	0020444-27.2014.5.04.0002	0020614-12.2014.5.04.0030
0020635-85.2014.5.04.0030	0021232-54.2014.5.04.0030	0009900-71.2006.5.04.0030
0020908-64.2014.5.04.0030	-	-
Total: 25 processos		

Juíza substituta Luciana Caringi Xavier		
0000888-43.2013.5.04.0012	0020801-53.2014.5.04.0019	0000706-37.2012.5.04.0030
0031200-89.2006.5.04.0030	0021411-85.2014.5.04.0030	0000435-91.2013.5.04.0030
0107800-54.2006.5.04.0030	0001130-79.2012.5.04.0030	0000488-72.2013.5.04.0030
0001064-65.2013.5.04.0030	0001150-70.2012.5.04.0030	0000924-65.2012.5.04.0030
0020590-81.2014.5.04.0030	0020250-40.2014.5.04.0030	0163200-87.2005.5.04.0030
0021076-66.2014.5.04.0030	0021114-78.2014.5.04.0030	0020394-50.2014.5.04.0018
0050200-75.2006.5.04.0030	0020010-51.2014.5.04.0030	0020591-66.2014.5.04.0030
0020051-18.2014.5.04.0030	0020545-77.2014.5.04.0030	0020654-91.2014.5.04.0030
0073900-75.2009.5.04.0030	0020554-39.2014.5.04.0030	0021196-12.2014.5.04.0030
0020393-92.2015.5.04.0030	0170900-80.2006.5.04.0030	0020573-45.2014.5.04.0030
0020594-21.2014.5.04.0030	0020633-18.2014.5.04.0030	0021213-48.2014.5.04.0030
0123500-70.2006.5.04.0030	0021162-37.2014.5.04.0030	0000862-93.2010.5.04.0030
0020109-21.2014.5.04.0030	0021163-22.2014.5.04.0030	0001052-85.2012.5.04.0030
0020086-84.2014.5.04.0027	0000451-50.2010.5.04.0030	0001254-28.2013.5.04.0030
0020294-93.2013.5.04.0030	0001493-66.2012.5.04.0030	0020238-26.2014.5.04.0030
0021060-15.2014.5.04.0030	0020615-94.2014.5.04.0030	0020666-08.2014.5.04.0030
0001135-67.2013.5.04.0030	0020080-68.2014.5.04.0030	0020829-85.2014.5.04.0030
0021323-47.2014.5.04.0030	0020652-24.2014.5.04.0030	0031800-76.2007.5.04.0030
0000090-28.2013.5.04.0030	0020459-09.2014.5.04.0030	0021295-79.2014.5.04.0030
0020597-73.2014.5.04.0030	0020658-31.2014.5.04.0030	0020490-29.2014.5.04.0030
0020668-75.2014.5.04.0030	0020717-19.2014.5.04.0030	0021087-95.2014.5.04.0030
0021215-18.2014.5.04.0030	0020718-04.2014.5.04.0030	0020759-68.2014.5.04.0030
0020670-45.2014.5.04.0030	0021301-86.2014.5.04.0030	0020790-88.2014.5.04.0030
0020674-82.2014.5.04.0030	0021241-16.2014.5.04.0030	0020802-05.2014.5.04.0030
0020676-52.2014.5.04.0030	0021247-23.2014.5.04.0030	0020815-04.2014.5.04.0030



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020679-07.2014.5.04.0030	0021248-08.2014.5.04.0030	0021271-51.2014.5.04.0030
0000741-60.2013.5.04.0030	0020744-02.2014.5.04.0030	0000762-36.2013.5.04.0030
0020465-16.2014.5.04.0030	0020756-16.2014.5.04.0030	0020544-92.2014.5.04.0030
0020493-81.2014.5.04.0030	0021322-62.2014.5.04.0030	0020768-30.2014.5.04.0030
0020711-12.2014.5.04.0030	0020778-74.2014.5.04.0030	0020769-15.2014.5.04.0030
0020795-13.2014.5.04.0030	0001728-33.2012.5.04.0030	0020855-83.2014.5.04.0030
0020869-67.2014.5.04.0030	0020919-93.2014.5.04.0030	0020933-77.2014.5.04.0030
0021326-02.2014.5.04.0030	0020932-92.2014.5.04.0030	0020959-75.2014.5.04.0030
0021082-73.2014.5.04.0030	0021263-74.2014.5.04.0030	0021264-59.2014.5.04.0030
0021265-44.2014.5.04.0030	0021348-60.2014.5.04.0030	-
Total: 104 processos		

Juiz substituto Maurício Joel Zanotelli		
0000825-61.2013.5.04.0030	0020077-16.2014.5.04.0030	0020737-10.2014.5.04.0030
0020742-32.2014.5.04.0030	0021251-60.2014.5.04.0030	0020062-23.2013.5.04.0017
0020789-06.2014.5.04.0030	0021254-15.2014.5.04.0030	0020451-32.2014.5.04.0030
0021349-45.2014.5.04.0030	-	-
Total: 10 processos		

Juíza substituta Raquel Gonçalves Seara		
0000680-05.2013.5.04.0030	-	-
Total: 1 processo		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 28.09.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 23.09.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 08.08.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

A Diretora de Secretaria informou que as rotinas de secretaria foram bastante prejudicadas, no período de 09.06.2015 a 25.09.2015, em razão da adesão de grande parte dos servidores ao movimento grevista.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Em razão do movimento grevista, há em torno de 250 processos pendentes de cumprimento destas tarefas (período das determinações – de julho a 25.08.2015).

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Não houve cumprimento no período de greve.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Cumprimento da tarefa em 48h, a contar da determinação.



7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Segundo a Diretora de Secretaria, praticamente não havia pendências.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A análise de protocolo estava em 15.04.2015 (aproximadamente 500 processos físicos).

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Conforme a numeração do processo: até o nº 895, certificação de prazo em outubro de 2014; do nº 896 a 1195, certificação de prazo em setembro de 2014; do nº 1196 em diante, certificação de prazo em janeiro de 2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Remessas semanais ou quinzenais, dependendo da quantidade de processos.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Sem pendências.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001241-29.2013.5.04.0030*	07.05.2015	4 meses e 4 dias
2	0186500-78.2005.5.04.0030	15.05.2015	3 meses e 26 dias
3	0097400-73.2009.5.04.0030	22.05.2015	3 meses e 19 dias
4	0000129-93.2011.5.04.0030	25.05.2015	3 meses e 16 dias
5	0000764-06.2013.5.04.0030	29.05.2015	3 meses e 12 dias
6	0000969-35.2013.5.04.0030	01.06.2015	3 meses e 10 dias
7	0120000-25.2008.5.04.0030	17.06.2015	2 meses e 24 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.09.2015)

* Processo nº 0001241-29.2013.5.04.0030: Foi expedida notificação para devolução dos autos em 03.06.2015, ainda não devolvidos há mais de 10 dias.



7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0043100-98.2008.5.04.0030	25.05.2015	3 meses e 16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.09.2015)

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	030-00166/15	0000497-68.2012.5.04.0030	25.05.2015	3 meses e 16 dia119
2	030-00190/15	0000629-28.2012.5.04.0030	01.06.2015	3 meses e 10 dias
3	030-00221/15	0070600-13.2006.5.04.0030	19.06.2015	2 meses e 22 dias
4	030-00241/15	0000208-38.2012.5.04.0030	29.06.2015	2 meses e 12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR Em 10.09.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 10.09.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **2.495 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0074600-56.2006.5.04.0030
Aspectos gerais dos autos*: Termos de juntada no verso da fl. 922 e verso da fl. 935 sem identificação do servidor responsável; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 945; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Petições e documentos das fls. 924-933 juntados 90 dias após a protocolização; petições das fls. 939-943 juntadas 20 dias após a devolução dos autos (devolução em 02.06.2014 – fl. 938; juntada em 22.06.2014 – fl. 938/verso); o prazo da notificação da fl. 944 expirou em 07.07.2014 e a movimentação processual ocorreu em 12.05.2015 (fl. 946); petição das fls. 949-950 juntada em prazo superior a 60 dias após a protocolização; a petição das fls. 949-950 não foi apreciada até o envio dos autos à Corregedoria.	
2	0069400-63.2009.5.04.0030
Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada no verso da fl. 509 com espaços em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Petição da fl. 510 juntada 23 dias após a protocolização e apreciada 36 dias após a juntada; petição das fls. 512-513 juntada em prazo superior a 60 dias após a protocolização e não foi apreciada até o envio dos autos à Corregedoria.	



3	0211300-73.2005.5.04.0030
<p>Aspectos gerais dos autos*: Ausência de assinatura do servidor quando da entrega dos autos em carga (fl. 505) e ausência de identificação do servidor responsável, quando da devolução dos autos, na mesma folha; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 518; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Petição das fls. 510-511 juntada em prazo superior a 30 dias após a protocolização; petição das fls. 515-516 juntada 16 dias após a protocolização; a solicitação da fl. 516 não foi apreciada (pedido de prorrogação de prazo para apresentação de documentos); petição e documentos das fls. 518-526 juntada 60 dias após a protocolização e sem apreciação até o envio dos autos à Corregedoria.</p>	
4	0000665-36.2013.5.04.0030
<p>Aspectos gerais dos autos*: Ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 172 e verso da fl. 179; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: O prazo das notificações das fls. 184-185 expirou em 01.12.2014, conforme andamentos do Infor, e até o envio dos autos à Corregedoria, em 27.8.2015, não houve impulso processual.</p>	
5	0000834-57.2012.5.04.0030
<p>Aspectos gerais dos autos*: Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: O prazo da notificação da fl. 181 expirou em 13.05.2015 e até o envio dos autos à Corregedoria, em 27.08.2015, não houve impulso processual.</p>	
6	0000097-20.2013.5.04.0030
<p>Aspectos gerais dos autos*: Ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 67; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Petição das fls. 77 juntada e apreciada 120 dias após a protocolização; o prazo da notificação da fl. 96 expirou em 12.02.2015, conforme andamentos do Infor, e, até o envio dos autos à Corregedoria, em 27.08.2015, não houve impulso processual.</p>	
7	0100200-79.2006.5.04.0030
<p>Aspectos gerais dos autos*: Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Petição das fls. 678-679 juntada 27 dias após a protocolização.</p>	
8	0000599-56.2013.5.04.0030
<p>Aspectos gerais dos autos: Ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 135, 138-141 e verso da fl.152; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: O prazo das notificações das fls. 155-157 expirou em 12.12.2014 e não houve certificação nos autos do decurso de prazo.</p>	
9	0001014-73.2012.5.04.0030
<p>Aspectos gerais dos autos*: À fl. 586 não consta a data da devolução dos autos, nem rubrica, nem identificação do servidor responsável; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Juntada e análise de pressupostos do recurso ordinário das fls. 573-582, 23 dias após a protocolização; não houve movimentação processual desde a protocolização das contrarrazões das fls. 587-590, em 01.04.2014 até o envio dos autos à Corregedoria, em 27.08.2015 (prazo superior a 01 ano).</p>	
10	0001004-63.2011.5.04.0030
<p>Aspectos gerais dos autos*: Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Petição das fls. 188-189 juntada em prazo superior a 60 dias (protocolização em 14.02.2014 e juntada em 23.04.2014); análise da petição das fls. 189, 19</p>	



dias após a juntada (despacho da fl. 190); o prazo da notificação da fl. 193 expirou em 05.12.2014 e não houve movimentação processual até o envio dos autos à Corregedoria, em 27.08.2015 (oito meses, aproximadamente).

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo	0020400-94.2009.5.04.0030
	0080600-04.2008.5.04.0030
	0001054-89.2011.5.04.0030
Autos aguardando arquivamento	0000510-33.2013.5.04.0030
	0057700-27.2008.5.04.0030
	0001041-27.2010.5.04.0030
Demora no impulso processual/registros desatualizados	0000063-50.2010.5.04.0030 (desde 2011)
	0069000-20.2007.5.04.0030
	0048500-64.2006.5.04.0030
	0068300-78.2006.5.04.0030
	0089600-28.2008.5.04.0030
	0083900-37.2009.5.04.0030
	0089200-14.2008.5.04.0030
	0000408-16.2010.5.04.0030
	0001674-67.2012.5.04.0030
	0000936-50.2010.5.04.0030
	0001037-53.2011.5.04.0030
	0000523-66.2012.5.04.0030
	0000026-52.2012.5.04.0030
	0001139-75.2011.5.04.0030
0172500-39.2006.5.04.0030	
Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo	0000524-22.2010.5.04.0030
	0000907-29.2012.5.04.0030
	0001800-59.2008.5.04.0030
Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s)	0110800-33.2004.5.04.0030
	0000970-54.2012.5.04.0030
	0001219-42.2011.5.04.0029



Suspensão do processo com prazo vencido	0000839-45.2013.5.04.0030
	0000055-68.2013.5.04.0030
	0191700-32.2006.5.04.0030

No exame dessa listagem, verificou-se **elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual e que aguardam arquivamento**, desde 2012, resultando em mais de 2.000 processos evidentemente sem movimentação (excetuados os que aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Tal situação se mantém idêntica àquela constatada na correção realizada em 2014, razão pela qual é cabível concluir que a Unidade não se empenhou em regularizar os registros de andamentos no inFOR nem não incorporou tal prática a sua rotina de atividades.

Reitera-se que, quanto aos processos que aguardam arquivamento, tal situação prejudica o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, referente ao pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.



9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 23.09.2013. Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 17.09.2015 e 28.09.2015, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	471	02 processos	23.07.2015
c/habilitações não lidas	-	09	-	29.09.2015
c/pedido de liminar	-	46	22102.02.2014	19.12.2014
C/petições não apreciadas	-	4446	17 processos	03.06.2015
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	29.09.2015
Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento providência	Conhecimento	63	07 processos na subpasta '21 a 30.9.2015'	29.09.2015
Aguardando cumprimento providência	Liquidação	-	-	29.09.2015
Aguardando cumprimento providência	Execução	02	Ambos na subpasta '11 a 20.9.2015'	20.09.2015
Aguardando ciência	Conhecimento	17	05 processos	25.09.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	Conhecimento	-	-	29.09.2015
Aguardando ciência decisão -ConPra	Execução	-	-	29.09.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	525	05 processos	01.06.2015
Aguardando término dos prazos	Liquidação	09	20043.75.2013	15.06.2015
Aguardando término dos prazos	Execução	05	20339.97.2013	09.06.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	29.09.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Conhecimento	-	-	29.09.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Liquidação	-	-	29.09.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Execução	-	-	29.09.2015
Controle manual prazo pós sent.	Conhecimento	285	07 processos	24.07.2015
Controle manual prazo pós sent	Liquidação	01	20116.47.2013	14.09.2015
Controle manual prazo pós sent	Execução	-	-	29.09.2015



Prazos vencidos	Conhecimento	469	05 processos	19.06.2015
Prazos vencidos	Liquidação	01	20054.07.2013	02.09.2015
Prazos vencidos	Execução	06	20989.46.2014	05.07.2015
Triagem inicial	-	11	08 processos	28.09.2015

A movimentação processual foi prejudicada no período de adesão dos servidores à greve que se estendeu de 09.06.2015 a 25.09.2015. Para evitar prejuízo às partes, foram priorizadas tarefas que demandassem urgência.

Relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Apesar do represamento causado pelo período de paralisação de atividades por grande parte dos servidores da Unidade, verificou-se que a Diretora de Secretaria manteve o controle da tramitação geral dos processos no meio eletrônico, já tendo planejado ações futuras para o retorno à normalidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **requereu** e, mediante deferimento, contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT por **11 (onze) semanas** durante o período correccionado, de 10 a 14.03.2014, de 17 a 21.03.2014, de 08 a 12.12.2014, de 15 a 19.12.2014, de 07 a 09.01.2015, de 12 a 16.01.2015, de 19 a 23.01.2015, de 04 a 08.05.2015, de 11 a 15.05.2015, de 15 a 19.06.2015 e de 22 a 26.06.2015.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A unidade, que detém a competência exclusiva para processar e julgar ações que versam sobre acidente de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, apresentou aumento de acervo em percentual superior ao da Região em 2014 e 2015. A elevação de estoque é visível sobretudo na fase de conhecimento, havendo certa estabilidade na fase de execução; há, em contraponto, uma sensível diminuição na fase de liquidação desde 2014. O melhor desempenho na fase de liquidação é também visível no respectivo prazo de tramitação, que diminuiu nos seis primeiros meses de 2015, situando-se, atualmente, positivamente abaixo do lapso médio regional. A maior celeridade na fase de execução, que havia sido apontada no ano de 2014, não foi mantida na primeira metade do ano de 2015 – a propósito, como esclarecido pela Diretora de Secretaria, a perda de fôlego está diretamente relacionada ao movimento grevista que contou com adesão significativa por parte dos servidores.

A gestora elogiou muito a sua equipe de servidores, que conta com grande espírito de colaboração; ressentiu-se, contudo, apenas de não ter conseguido empreender alguns projetos de forma plena durante o ano de 2014 em razão das dificuldades enfrentadas para manter a unidade com condições de funcionamento durante os períodos de greve. Considerando as



peculiaridades a que está sujeita a 30ª Vara do Trabalho (maior acervo, atuação de três juízes) assim como os lapsos decorrentes dos períodos de greve, a Corregedora sugeriu a utilização do Serviço de Apoio Temporário (SAT) por mais um período antes do término do ano de 2015, por três semanas. A orientação foi acolhida pela Diretora de Secretaria, assim como pelas Juízas Luciana Caringi Xavier e Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo, que se encontram atuando na unidade.

A propósito, ambas as Juízas mostraram-se interessadas e comprometidas com a jurisdição. A Juíza Luciana Caringi Xavier reafirmou o compromisso de manter a prolação de suas sentenças em ordem cronológica de encerramento a fim de manter ordenada a prestação jurisdicional, assim como a Juíza Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo, com quem não há nenhum processo concluso para prolação de sentença além do prazo legal.

Ao final da correição, a Corregedora possibilitou a todos que se manifestassem. Não havendo qualquer manifestação, registrou sua satisfação com o trabalho que tem sido realizado e exortou os servidores a manterem-se motivados na busca por melhores resultados para a unidade.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, situação que vem se repetindo nos sete primeiros meses de 2015.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.



13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0001033-79.2012.5.04.0030, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e ao não conhecimento dos embargos de declaração apresentados pela reclamada no processo nº 0126300-71.2006.5.04.0030; o mesmo procedimento deverá ser observado em relação aos embargos de declaração do processo nº 0131200-29.2008.5.04.0030 (opostos em 21.11.2013);

b) verifique nos autos do processo nº 0144100-49.2005.5.04.0030 se a petição protocolada em 17.03.2014 realmente se trata de impugnação a sentença de liquidação. Em caso negativo, deverá o andamento informatizado ser excluído e substituído por outro que melhor se coadune à situação específica. Caso contrário, verifique a Secretaria se o despacho proferido em 29.07.2014 porventura já apreciou as questões levantadas na impugnação à sentença de liquidação, caso em que deverão ser lançados os andamentos de conclusão e de decisão do incidente processual. Finalmente, não se enquadrando em nenhuma das situações acima, os autos deverão ir conclusos ao juiz para decisão sobre o incidente ainda pendente;

c) verifique nos autos do processo nº 0000400-78.2006.5.04.0030 se a petição protocolada pelo reclamante se trata mesmo de embargos à arrematação. Em caso negativo, deverá o andamento informatizado ser excluído e substituído por outro que melhor se coadune à situação específica.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.



ITEM 5.3.2 (Meta CNJ 2/2015)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 195 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2013 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Juiz Titular **Luiz Antônio Colussi** e a Juíza Substituta lotada **Patrícia Iannini dos Santos** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifiquem-se os Juízes **Átila Da Rold Roesler, Bárbara Fagundes, Felipe Lopes Soares, Fernando Reichenbach, Laura Balbuena Valente Gabriel, Luciana Caringi Xavier, Maurício Joel Zanotelli e Raquel Gonçalves Seara** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias, indicados no mesmo item deste relatório, para que profiram as sentenças com a maior brevidade possível, também devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.



ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais cumprindo as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos nº 0074600-56.2006.5.04.0018, nº 0000665-36.2013.5.04.0030, nº 0000834-57.2012.5.04.0030, nº 0000097-20.2013.5.04.0030, nº 0001014-73.2012.5.04.0030 e nº 0001004-63.2011.5.04.0030;
- e) movimente os processos nº 0074600-56.2006.5.04.0018, nº 0069400-63.2009.5.04.0030, nº 0211300-73.2005.5.04.0030, nº 0000664-36.2013.5.04.0030, nº 0000834-57.2012.5.04.0030, nº 0000097.20.2013.5.04.0030 e nº 0001014-73.2012.5.04.0030, analisados no item 8.1.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **2.495 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). **Reitera-se a determinação contida no relatório de correição de 2014 para que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:**

- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0020400-94.2009.5.04.0030, nº 0080600-04.2008.5.04.0030, nº 0001054-89.2011.5.04.0030);
- b) archive os processos (0000510-33.2013.5.04.0030, nº 0057700-27.2008.5.04.0030, nº 0001041-27.2010.5.04.0030);
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito ou atualize os registros (processos nº 0000063-50.2010.5.04.0030, nº 0069000-20.2007.5.04.0030, nº 0048500-64.2006.5.04.0030, nº 0068300-



- 78.2006.5.04.0030, nº 0089600-28.2008.5.04.0030, nº 0083900-37.2009.5.04.0030, nº 0089200-14.2008.5.04.0030, nº 0000408-16.2010.5.04.0030, nº 0001674-67.2012.5.04.0030, nº 0000936-50.2010.5.04.0030, nº 0001037-53.2011.5.04.0030, nº 0000523-66.2012.5.04.0030, nº 0000026-52.2012.5.04.0030, nº 0001139-75.2011.5.04.0030, nº 0172500-39.2006.5.04.0030);
- d) aprecie as petições protocoladas (processos nº 0000524-22.2010.5.04.0030, nº 0000907-29.2012.5.04.0030, nº 0001800-59.2008.5.04.0030);
- e) remeta os processos ao TRT para julgamento dos recursos (processos nº 0110800-33.2004.5.04.0030, nº 0000970-54.2012.5.04.0030, nº 0001219-42.2011.5.04.0029);
- f) verifique a situação dos processos com prazo de suspensão vencido (processos nº 0000839-45.2013.5.04.0030, nº 0000055-68.2013.5.04.0030, nº 0191700-32.2006.5.04.0030).

ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

14 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com as Juízas Substitutas, a Diretora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceram interessados em se manifestar.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelas Juízas Substitutas Luciana Caringi Xavier e Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo, pela Diretora de Secretaria Cristina Bach e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional